• 2º As despesas da entidade devem guardar estrita e específica relação com sua finalidade e devem estar de acordo com o programa orçamentário aprovado pela Assembleia Geral.

• 3º O CE aplicará seu eventual superávit financeiro integralmente na consecução de suas finalidades, sendo vedada remuneração, sob qualquer forma, de seus dirigentes em razão da função direção exercida, bem como o rateio entre os associados dos resultados financeiros alcançados.

• 4º Nas relações com as Administrações federal, estaduais e municipais, o CE observará os princípios norteadores da administração pública previstos no art. 37 da Constituição da República.

Art. 12 Os bens imóveis e móveis do CE poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das finalidades sociais.

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS, SEU FUNCIONAMENTO E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 13 O Conselho Escolar será administrado por sua Assembleia Geral e terá um Conselho Fiscal.

Art. 14 A Assembleia Geral é a reunião de todos os membros do CE, enquanto que o Conselho Fiscal é um órgão colegiado composto de três membros, observado o disposto no art. 6º, §2º, deste Estatuto.

Art. 15 A Assembleia Geral reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário, conforme calendário por esta aprovado, e extraordinariamente sempre que necessário por convocação do Presidente, recomendação do Conselho Fiscal ou de 1/5 de seus membros, encaminhada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 16 A Assembleia Geral será pública e instalada com a presença de maioria absoluta de seus membros em primeira convocação, podendo ser instalada com 1/3 dos membros em segunda convocação.

Parágrafo único: Em caso de emergência devidamente justificada, o Presidente poderá tomar decisões e submetê-las a referendo da Assembleia Geral.

Art. 17 Ressalvadas as deliberações para as quais a legislação exija quórum qualificado, as decisões da Assembleia Geral do Conselho Escolar serão tomadas por maioria.

Parágrafo único: O Presidente do CE exercerá a prerrogativa de voto-desempate sempre que necessário.

Art. 18 O Conselho Fiscal ser reunirá na presença de, no mínimo, dois membros.

Art. 19 Compete à Assembleia Geral do Conselho Escolar, além daquelas atribuições previstas na legislação vigente:

I – aprovar o cronograma de reuniões ordinárias;

II – criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática na elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico;

III – fazer cumprir as normas disciplinares relativas a direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade escolar dentro dos parâmetros deste Estatuto e da legislação em vigor;

IV – analisar e propor alternativas de solução a questões de natureza pedagógica, administrativa e financeira, detectadas pelo próprio Conselho Escolar, bem como as encaminhadas, por escrito, pelos diferentes participantes da comunidade escolar no âmbito de sua competência;

V – discutir e acompanhar a efetivação da proposta curricular da escola, objetivando o aprimoramento do processo pedagógico, o respeito ao saber do educando e a valorização da cultura da comunidade escolar e local;

VI – acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono, aprovação, reprovação) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade da educação;

VII – discutir e deliberar sobre projetos elaborados e/ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar no sentido de avaliar sua importância no processo educativo;

VIII – comunicar ao órgão competente as medidas de emergência, adotadas pelo Conselho Escolar, em casos de irregularidades na escola que comprometa a aprendizagem e segurança do aluno;

IX – apoiar, orientar, discutir e aprovar as diretrizes para criação e fortalecimento do Grêmios Estudantil;

X – zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente;

XI – analisar e aprovar o plano de aplicação e a prestação de contas dos recursos financeiros adquiridos ou repassados à escola;

XII – monitorar a merenda escolar no âmbito do estabelecimento, no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos;

XIII – apoiar, assessorar e colaborar com a administração da escola no que tange à preservação do prédio e dos equipamentos escolares, e à aplicação de medidas pedagógicas previstas no Regimento Escolar das escolas públicas do estado do Pará, quando encaminhadas pela direção, equipe pedagógica e/ou

referendadas pelo Conselho de Classe;

XIV – organizar e acompanhar processos de eleições;

XV – apreciar e emitir parecer sobre desligamento de um ou mais membros do conselho quando do não cumprimento das normas estabelecidas no Estatuto;

XVI – arbitrar sobre o impasse de natureza administrativa, pedagógica e financeira;

XVII – deliberar sobre qualquer matéria de interesse da escola;

XVIII – deliberar sobre a prestação de contas de cada exercício financeiro;

XIX – afastar, excepcionalmente, em caráter temporário ou definitivo o Presidente ou Vice-Presidente ou os membros do Conselho Fiscal;

XX – designar um membro para atuação como Secretário(a) do Conselho Escolar.

Art. 20 - Ao Conselho Fiscal compete:

• Darparecer sobre todos os atos de gestão financeira do CE;

• Examinar a contabilidade do CE;

• Opinar dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiros e contábeis, submetendo-os a Assembleia Geral;

• Requisitar ao Presidente do CE, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas;

• Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

• Propor reunião extraordinária da Assembleia Geral do CE;

• Analisar, anualmente, e emitir parecer sobre as contas do exercício financeiro e submetê-lo a Assembleia Geral do CE. Parágrafo primeiro - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, em até trinta dias após o início do ano letivo, e extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou qualquer membro.

Art. 21 São atribuições do Presidente do CE:

I – convocar, através de Edital e envio de comunicado, todos os membros do CE com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para reunião extraordinária, com pauta claramente definida;

II – planejar, organizar, coordenar e presidir a realização de Assembleias Gerais e reuniões;

III – submeter ao CE, análise e aprovação do plano de ação anual da Escola;

IV – desencadear o processo de eleição do CE;

V – articular e mediar à participação dos conselheiros no CE;

VI – administrar, na forma do art. 4º, §§2º e 3º, deste Estatuto, a conta bancária da entidade;

VII – assinar os balanços e as prestações de contas e encaminhar a SEDUC dentro do prazo estipulado;

VIII – divulgar as decisões das reuniões do CE;

IX – cumprir e garantir o cumprimento do presente Estatuto;

X – exercer as demais atribuições atinentes às suas funções.

Art. 22 São atribuições do(a) Secretário(a) do Conselho Escolar:

I – lavar as atas das reuniões das Assembleias Gerais e dos demais eventos realizados pelo CE;

II – manter atualizados o arquivo e as correspondências do CE;

III – controlar de forma precisa o recebimento e a expedição das correspondências do Conselho Escolar;

IV – exercer as demais funções atinentes ao seu cargo.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

Art. 23 O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 24 Ao fim de cada exercício, será levantado o balanço geral, elaboradas as demonstrações financeiras e a prestação de contas referente às importâncias recebidas e despendidas pela entidade no decorrer do exercício, a serem submetidos à apreciação do Conselho Fiscal e, posteriormente, da Assembleia Geral.

Art. 25 A prestação de contas dos programas efetivados pela escola deverá ser apresentada ao respectivo Conselho Fiscal, no prazo estabelecido, para análise e emissão de parecer acerca da regularidade da aplicação dos recursos, posteriormente encaminhada à deliberação da Assembleia Geral, e em seguida para o órgão competente da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 26 Na realização das despesas e prestação de contas deverão ser observados os princípios fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade, além dos princípios da transparência e publicidade.

Art. 27 As contas do Conselho Escolar são de interesse público e a qualquer tempo poderão ser objeto de auditoria pelos órgãos de controle interno e externo.

Art. 28 Os recursos da entidade serão integralmente aplicados na Escola assistida, na consecução e no desenvolvimento das atividades sociais do CE.

Art. 29 A entidade não distribui dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, a título de lucro ou participação nos resultados, a seus administradores ou

associados, sendo vedada, ainda concessão de quaisquer vantagens, sob qualquer forma ou pretexto.

CAPÍTULO VII

DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS E DA DISSOLUÇÃO

Art. 30 O presente Estatuto social poderá ser reformado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo necessários para aprovação da modificação o voto de 2/3 dos membros.

Art. 31 A entidade será dissolvida quando se tornar impossível à continuação de suas atividades, de acordo com decisão da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, a qual, além de indicar o modo pelo qual se fará a liquidação, deverá nomear o liquidante.

Art. 32 Dissolvida à entidade por deliberação da Assembleia Geral, o patrimônio será destinado à entidade de fins não econômicos com atuação na mesma Escola Estadual ou à Secretaria de Estado de Educação do Pará.

Art. 33 Os membros do Conselho Escolar não respondem, pessoalmente, ou com seus próprios bens, seja solidária, seja subsidiariamente, pelas obrigações ou compromissos assumidos pela entidade, mas responderão diretamente quando da prática de atos ilícitos, especialmente aqueles que causem danos ao erário e a terceiros.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 Respeitadas a legislação vigente e o direito, o Conselho Escolar poderá editar outros regulamentos que repute indispensáveis à consecução de suas atribuições.

Art. 35 Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo próprio Conselho Escolar em Assembleia Geral e, se for o caso, encaminhados à deliberação da Secretaria de Estado de Educação.

Município, XX de XXXX de XXXX.

Presidente: Membros:

Protocolo: 230858

CONTRATO

Contrato: 302

Exercício: 2017

Objeto do Contrato: Reforma emergencial para instalação de subestação na EEEFM Profª Clotilde Pereira, no município de Castanhal/PA.

Convite nº 02/2017-NLIC/SEDUC

R\$ 46.882,08

Dotação Orçamentária:

Fonte: 2102004800 – Produto: 3008 – Função Programática: 16101.12.122.1416 – Projeto Atividade: 7604 – Natureza de Despesa: 4490.51

Partes:

Contratante: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/PA. Telefone: 9132015113

Contratada: Texas Construções e Saneamento Ltda – Epp., CNPJ/MF. Nº 04.884.383/0001-69, com sede na Al. Maryluci, nº 5, CEP: 66.630-505, Marco, Belém/PA.

Foro: Belém/PA.

Data de Assinatura: 25/09/2017

Vigência: 25/09/2017 até 23/12/2017

Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/ Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 230784

CONTRATO: 299

Exercício: 2017

Objeto do Contrato: Aquisição de material de expediente (caixa em papelão).

Valor Global: R\$ 18.000,00

Pregão Eletrônico nº 036/2017-NLIC/SEDUC

Dotação Orçamentária:

Fonte: 0102006356. Produto: 2795 – Funcional Programática: 16101.12.122.1297 – Projeto Atividade: 8338– Natureza de Despesa: 3390.30

Partes:

Contratante: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, Cep.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/PA.

Contratada: A. P. GONÇALVES COMERCIAL – ME/CNPJ. 06.943.213/0001-33, com sede No Conjunto Euclides Figueiredo, Rua C, nº 11, Bairro Marambaia, nesta cidade. CEP: 66.620-740.

Foro: Belém

Data de Assinatura: 25/09/2017

Vigência: 25/09/2017 a 24/12/2017

Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/ Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 230857